



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

SUPRAM ALTO SÃO FRANCISCO - Núcleo de Controle Ambiental

Parecer nº 2/SEMAD/SUPRAM ASF-NUCAM/2023

PROCESSO Nº 1370.01.0007030/2023-89

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 3306/2022

Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI protocolo 60786104

PROCESSO SLA 3306/2022 SITUAÇÃO: Sugestão pelo Indeferimento

EMPREENDEDOR:	Mineralux Extração Mineral e Beneficiamento Associado Ltda.	CPF:	36.362.129/0001-97
EMPREENDIMENTO:	Mineralux Extração Mineral e Beneficiamento Associado Ltda.	CPF:	36.362.129/0001-97
MUNICÍPIO:	São Sebastião do Oeste/MG	ZONA:	Rural

COORDENADAS (SIRGAS 2000): LAT(X): 20°18'4.95"S LONG(Y): 45°2'34.61"O

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Não há incidência de critério locacional.

CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-03-02-6	Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha	3	0
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil	3	0

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

REGISTRO:

Leonardo Henrique Paiva Mendonça		CREA-MG: MG0000233953/D
AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA	ASSINATURA
Raíssa Resende de Moraes Gestora Ambiental Engenheira Ambiental	1.366.740-7	
De acordo: Ressiliane Ribeiro Prata Alonso Diretora Regional de Regularização Ambiental	1.492.163-3	



Documento assinado eletronicamente por **Raissa Resende de Moraes, Servidor(a) Público(a)**, em 14/02/2023, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ressiliane Ribeiro Prata Alonso, Servidor(a) Público(a)**, em 14/02/2023, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60785215** e o código CRC **94304E5B**.

Parecer Técnico de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS)			
LAS-RAS Nº: 3306/2022		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Indeferimento	
EMPREENDEDOR:	Mineralux Extração Mineral e Beneficiamento Associado Ltda.	CNPJ:	36.362.129/0001-97
EMPREENDIMENTO:	Mineralux Extração Mineral e Beneficiamento Associado Ltda.	CNPJ:	36.362.129/0001-97
MUNICÍPIO:	Divinópolis/MG	ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none"> Sem incidência de critério locacional. 			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
A-03-02-6	Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha	3	0
A-03-01-8	Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil		
RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Leonardo Henrique Paiva Mendonça		CREA: MG0000233953/D	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	
Raíssa Resende de Moraes Gestora ambiental		1.366.740-7	
De acordo: Ressiliane Ribeiro Prata Alonso Diretora Regional de Regularização Ambiental		1.492.163-3	

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS)

O empreendimento MINERALUZ EXTRAÇÃO MINERAL E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO LTDA, inscrito no CNPJ sob o n. 36.362.129/0001-97, localizado no município de São Sebastião do Oeste/MG, formalizou no dia 02/09/2022, o processo administrativo de licenciamento ambiental concomitante nº 3306/2022, que tramita na Superintendência Regional do Alto São Francisco – Supram-ASF, para as atividades A-03-02-6: Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, com produção bruta de 50.000 t/ano; A-03-01-8: Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, com produção bruta de 50.000 t/ano. Segundo informações, no empreendimento não se faz necessário a atividade de depósito de pilha de estéril/rejeito uma vez que o perfil litológico do local do empreendimento consiste em uma fina camada de solo orgânico, precedido da camada de argila, seguida de areia. Pela inexpressividade da presença de outros materiais, e considerando a utilização dos minérios extraídos, não haverá remoção de estéril neste empreendimento.

O empreendimento possui porte médio e potencial poluidor/degradador médio, o que o classifica como classe 3, sem incidência de critério locacional, justificando adoção do procedimento simplificado. Conforme verificado no SIAM e informado pelo empreendimento, este não foi detentor anteriormente de Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF). Também em consulta ao site Infraestrutura de Dados Espaciais - IDE-SISEMA não foram verificadas restrições ambientais.

A Mineração MINERALUZ EXTRAÇÃO MINERAL E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO LTDA, é a titular/requerente das poligonais ANM 830.470/2020 (fase de requerimento de licenciamento, conforme consulta ao site da ANM) e 831.330/2021 (com alvará de pesquisa autorizado, conforme consulta ao Cadastro Mineiro). Conforme esclarecimento apresentado em documento junto ao processo de LAS/RAS, a atividade minerária é proposta totalmente dentro da poligonal ANM N° 830.470/2020. Apenas atividade relativa à área de servidão do empreendimento encontra-se dentro do polígono ANM 831.330/2021.

Foi apresentado Contrato de Arrendamento entre os proprietários da Fazenda Beirigos e da Fazenda Barra Mansa e a empresa com finalidade de extração mineral de areia, argila e cascalho nos terrenos supramencionados.

Foi apresentado o certificado de outorga, Portaria nº 1203961/2022 de 12/06/2022 para dragagem em cava aluvionar para fins de extração mineral com validade até 09/06/2032. O balanço hídrico apresentado condiz com a outorga.

O empreendimento possui Certidão de Uso Insignificante de Recurso Hídrico de n. 196458/2020, que autoriza a captação de 9,6 m³/dia de água subterrânea por meio de poço manual (cisterna), com validade até 18/06/2023. No balanço hídrico apresentado, foi informado que a água é para consumo

humano (sanitários e refeitório) e para aspersão das vias internas. O balanço hídrico apresentado condiz com o volume concedido por meio de Uso Insignificante.

Ao proceder à análise do processo, foi verificado na tabela de atributos do IDE Sisema que o empreendimento se encontra em área de influência do patrimônio cultural de celebração e formas de expressão registradas pelo IEPHA (MG). Na forma do art. 27 da Lei Estadual 21.972/2016, foi apresentada declaração de responsabilidade da empresa, esclarecendo que o empreendimento não impacta bens acautelados por órgão intervenientes. Neste caso, é afastada a necessidade de consulta a estes órgãos, conforme disposto na Nota Jurídica 113/2020 da Advocacia Geral do Estado (AGE) e consoante documento SEI nº 18687149 do processo SEI nº 1370.01.0023923/2020-81 e o alinhamento institucional da SEMAD, encaminhado pela Subsecretaria de Regularização Ambiental (SURAM) e pela Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental (SUARA), nos termos do Decreto Estadual 47.787/2019, por meio do Memorando Circular nº 04/2022/SEMAD/SURAM (Documento SEI nº 46894241) junto ao processo SEI nº 1370.01.0023247/2022-91, nos termos do Decreto Estadual 47.787/2019.

O Relatório Ambiental Simplificado foi devidamente instruído de ART e CTF/AIDA (Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, consoante preconiza a IN Ibama n. 10/2013, a Resolução do Conama n. 01/1988 e o art. 17, da Lei Federal n. 6.938/1981) do responsável técnico pelas informações prestadas no documento, Leonardo Henrique Paiva Mendonça.

Foi solicitado por meio de pedido de informações complementares (IC) que o empreendedor apresentasse o CTF-APP, com espeque na Instrução Normativa do Ibama n. 06/2013 e art. 17, da Lei Federal n. 6.938/1981. O documento não foi apresentado. Salienta-se que é de responsabilidade do empreendedor manter o documento atualizado, sob pena de multa.

Cabe informar que foi anexado ao processo a Declaração de Conformidade emitida pela Prefeitura Municipal de São Sebastião do Oeste/MG, no dia 23/06/2022, pela qual atesta a conformidade do local e instalação do empreendimento com as leis e regulamentos administrativos do Município, conforme art. 10, §1º, da Resolução Conama n. 237/1997.

No processo não foi anexado o Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, no entanto, de acordo com os arts. 4º e 5º da Deliberação Normativa Copam nº 220, de 2018 e a IS 07/2018, para fins de fechamento da mina, ficam obrigados a protocolizar o PRAD, empreendimentos em operação ou paralisados que estiverem enquadrados nas classes 1 a 4 de acordo com a Deliberação Normativa Copam nº 217, de 2017, no prazo de 06 (seis) meses antes do encerramento da atividade. A proposta inicial de uso futuro da área foi a de aproveitamento das cavas para psicultura. Como principais impactos ambientais inerentes às atividades, tem-se a geração de efluentes líquidos, emissões atmosféricas, resíduos sólidos, bem como emissão de ruídos.

No empreendimento serão gerados efluentes líquidos sanitários e oleosos. Para receber os efluentes líquidos sanitários, será implantado um sistema de fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro. Deverão

ser realizadas manutenções/limpezas periódicas, de acordo com manual do fabricante, normas técnicas NBR/ABNT pertinentes ou orientações do projetista.

As manutenções das máquinas e equipamentos, bem como lavagem de veículos e abastecimento dos mesmos serão realizadas no interior do empreendimento. O empreendimento deverá ter um local apropriado para o abastecimento, lavagem manutenção de veículos, com piso impermeável e canaletas de contenção direcionadas à CSAO. O efluente oleoso gerado será coletado por empresa terceirizada e licenciada para tal. Segundo informado, o local de abastecimento de veículos não se trata de um posto de combustível, mas apenas de um ponto de abastecimento, logo não é necessário AVCB.

As emissões atmosféricas estão relacionadas com a emissão de gases e particulados provenientes do tráfego de veículos na mina. Foi descrito no RAS, como forma de controle, aspersão das vias e manutenção periódica dos equipamentos e veículos.

Já a emissão dos ruídos será oriunda dos equipamentos e veículos utilizados na lavra, carregamento e transporte do minério, e como medida de controle será realizada a instalação de silenciadores e utilização de EPI's pelos trabalhadores.

Os resíduos sólidos que serão gerados no empreendimento foram classificados de acordo com a ABNT NBR 10.004, em classe I e II, sendo apresentado uma tabela de disposição dos resíduos na área do empreendimento, bem como foi informado a disposição final do resíduo. Salienta-se que é de responsabilidade do empreendedor contratar serviços terceirizados, receber matérias primas e destinar resíduos sólidos somente às empresas licenciadas ambientalmente, devendo manter no empreendimento cópia da documentação comprobatória da regularidade ambiental das empresas destinatárias. O empreendimento previu a construção de uma central de resíduos temporária, onde os resíduos gerados serão armazenados até o envio para empresa licenciada. O armazenamento de resíduo gerados deverá seguir o disposto na NBR 11.174 - Armazenamento de resíduos classe II e NBR 12.235 - Armazenamento de resíduos classe I. Destaca-se que o piso do pátio será feito de material impermeabilizado.

A lavra será realizada a céu aberto pelo método de dragagem. Neste processo, a água utilizada na lavra é bombeada na dragagem, formando uma poupa (água + areia) e posteriormente retorna à cava após escoar da pilha de areia formada. Antes de retornar, ela passa por um tanque de sedimentação para separação de partículas sólidas e diminuição da turbidez. A água dragada é escoada da pilha de areia novamente para a cava, caracterizando o processo como cíclico. As perdas por umidade e evaporação são em torno de 10%. O sistema de drenagem, tanto da área de lavra quanto da área de pilha será por canaletas em solo, direcionadas às bacias de decantação.

Os acessos e as estradas serão terraplanados buscando uma drenagem longitudinal de 1% para garantir o escoamento com baixa velocidade, prevenindo possíveis erosões. Os pátios também serão terraplanados com drenagem de 3% de forma que a água que esco das pilhas seja direcionada para o tanque de sedimentação, de onde sairá limpa e retornará a cava. Já no pátio de lavagem dos veículos haverá uma caixa de separação de água e óleo, de onde água sairá limpa e direcionada para o sumidouro (mesmo sumidouro utilizado para fossa séptica).

Inicialmente a área diretamente afetada – ADA do empreendimento seria de 48,13ha, coincidindo com a área da poligonal ANM N° 830.470/2020. Porém foi solicitado IC para adequação da mesma, visto que abrangia vegetação nativa, inclusive área proposta para reserva legal e área de preservação permanente dos cursos d'água. Em resposta a IC foi apresentada a nova ADA, conforme Figura 1 a seguir.

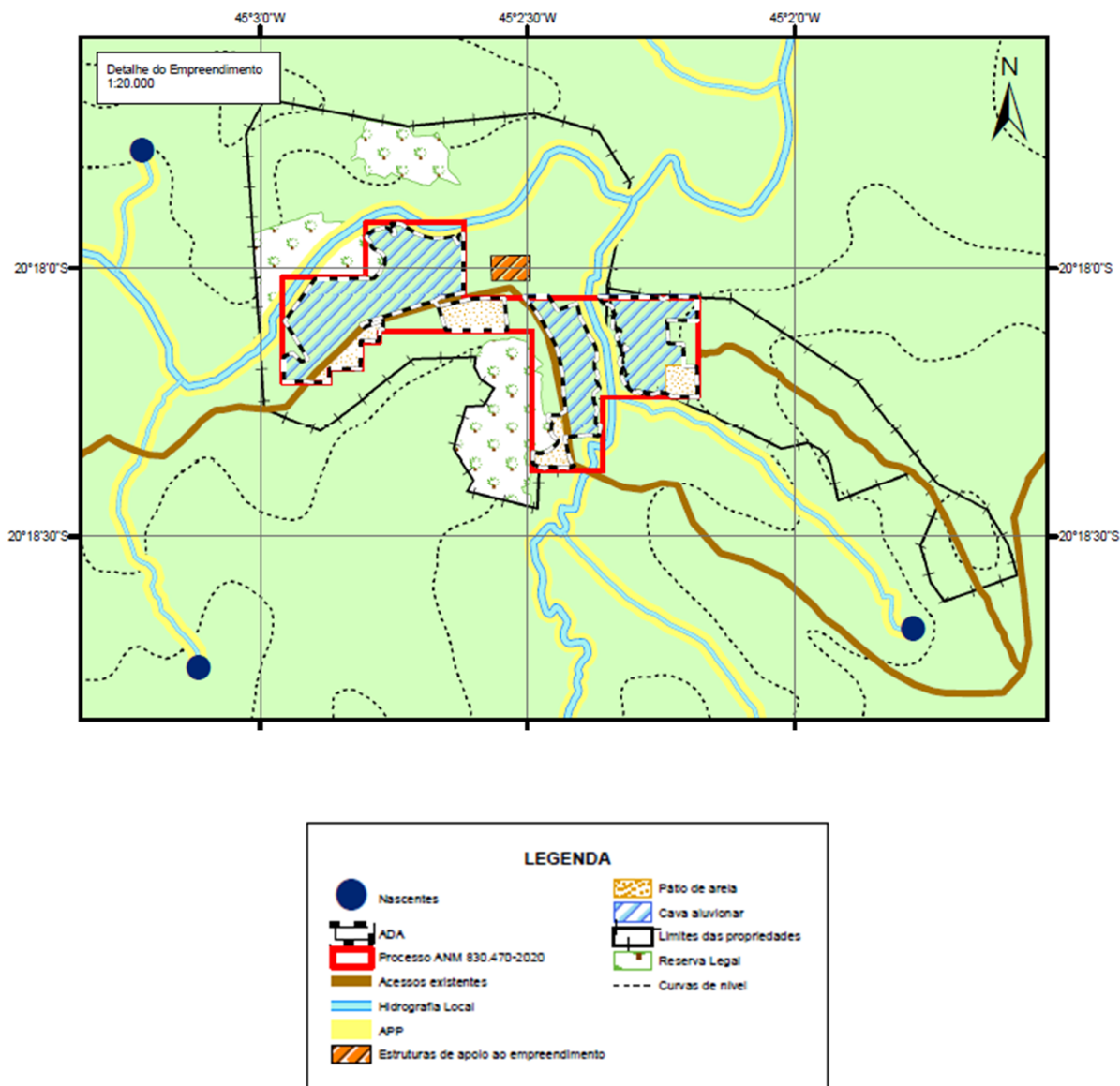


Figura 1: Área do empreendimento Mineraluz Extração Mineral e Beneficiamento Associado Ltda. Em verde a área proposta para reserva legal; em azul área de preservação permanente; em rosa área do imóvel; em laranja ADA do empreendimento.

Fonte: documentos SLA.

A figura 2, abaixo, traz o layer apresentado pelo empreendedor com a nova ADA do empreendimento.



Figura 2. Nova ADA do empreendimento. Fonte: documentos SLA.

Conforme é possível verificar na figura 2, a nova ADA apresentada pelo empreendimento apresenta uma série de incongruências. Primeiramente, percebe-se a presença de curso d'água no interior da ADA, em área que seria utilizada para cava aluvionar. Percebe-se, também, que o traçado da ADA não respeita área de APP dos cursos d'água. Podemos notar, ainda, a presença de árvores isoladas no interior da ADA. Ressalta-se que nos autos do presente processo, não foi apresentada autorização para supressão de árvores isoladas, ou para intervenção em área de preservação permanente.

A área do empreendimento encontra-se dentro de dois imóveis rurais. O primeiro é denominado Fazenda do Beirigos, registrado na matrícula n. 14.380, do Livro 2-RG, da Comarca de Itapecerica/MG, com área registrada de 41,98 hectares. Na referida matrícula constam duas áreas de reserva legal averbada totalizando área de 09,00 ha, conforme AV-2-14.380 – 14/03/1991, não inferior a 20% da propriedade em consonância com o Termo de Responsabilidade de Preservação de Florestas do IEF e mapa de averbação à época, todos anexos aos autos. Porém, foi verificada inconsistência em relação ao CAR. No Recibo de Inscrição no CAR apresentado para a Fazenda Beirigos, sob o n. MG-3164605-106C.B286.343D.434E.B30B.98F5.C9C5.C93B, consta a área total do imóvel declarada de 41,833 ha, sendo 0 ha de reserva legal e 0 ha de área de preservação permanente.

O segundo imóvel é denominado Fazenda Barra Mansa, registrado na matrícula n. 743, do Livro 2-RG, da Comarca de Itapecerica/MG, com área registrada de 125,21 hectares. Entretanto, de acordo com a AV-5-743, em 21/06/1989, foi averbada a venda de 11 hectares da propriedade para Benedito Custódio Neto, restando, portanto, 114,21 hectares de terras referente ao imóvel fazenda Barra Mansa. Na referida matrícula consta área de reserva legal averbada totalizando 27,00 ha, conforme AV-3-743 –

23/12/1980, não inferior a 20% da propriedade em consonância com o Termo de Responsabilidade de Preservação de Florestas do IEF e mapa de averbação à época, todos anexos aos autos.

No Recibo de Inscrição no CAR apresentado para a Fazenda Barra Mansa, sob o n. MG-3164605-2AE5.F4FC.3723.4C78.8981.A43B.6A06.99A2, consta a área total do imóvel declarada de 114,2127 ha e 25,3497 ha de reserva legal e 12,0580 ha de área de preservação permanente. A área de reserva legal declarada no CAR é inferior aos 27,00 ha averbados. No CAR constam 03 glebas de reserva legal, totalizando em 25,3497 ha. Porém, no mapa da averbação da reserva legal consta apenas 01 gleba de reserva legal com 27 ha. A delimitação da propriedade também diverge entre o CAR e o croqui da averbação, inclusive com parte da área de reserva legal averbada constando fora da propriedade no CAR. Cabe ressaltar que não foi autorizada a realocação da reserva legal. Na figura 3, é possível observar as áreas de reserva legal que constam no CAR da Fazenda Barra Mansa, em comparação como o croqui de averbação da reserva legal. Foi solicitado via IC que o empreendimento realizasse a retificação do CAR das duas propriedades, porém a retificação não foi realizada.



Figura 3. Comparação do croqui de averbação da reserva legal com as áreas de reserva legal propostas no CAR da Fazenda Barra Mansa. Fonte: documento do SLA.

Ressaltamos que, conforme Resolução Conjunta SEMAD/IEF N° 3.132 de 07 de abril de 2022, Art. 5°, a análise dos cadastros inscritos no Sicar Nacional será realizada por meio das UFRBios do IEF quando à análise estiver relacionada à processos de licenciamento ambiental simplificado – LAS – sem autorização para intervenção ambiental vinculadas.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA e demais documentos anexados, sugere-se o INDEFERIMENTO da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento MINERALUZ EXTRAÇÃO MINERAL E BENEFICIAMENTO ASSOCIADO LTDA, para as atividades A-03-02-6: Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, com produção bruta de 50.000 t/ano; A-03-01-8: Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, com produção bruta de 50.000 t/ano, descritas na DN COPAM 217/2017, localizado no município de São Sebastião do Oeste/MG.